



1
2
3
4 **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA**
5 **ATA DA 346ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**
6 **DE LONDRINA**

7 Aos vinte e um dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, às treze horas e trinta
8 minutos, no auditório do Hospital Drº Eulalino Ignácio De Andrade (HZS), após a
9 constatação do quórum mínimo necessário, reuniram-se os membros do Conselho
10 Municipal De Saúde De Londrina para a 346ª Reunião Ordinária do CMS, tendo como
11 pauta: **1. 13h30 – Aprovação da Pauta da 346ª Reunião Ordinária do CMS; 2.**
12 **13h45 – Aprovação da Ata da 345ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de**
13 **Saúde de Londrina; 3. 14h00 – Prestação de Contas do Fundo Municipal de**
14 **Saúde, Referente aos Meses de Janeiro, Fevereiro, Março e Abril de 2023 –**
15 **Sandra Regina dos Santos Silva – Diretora de Gestão Financeira, Compras e**
16 **Serviços; 4. 15h00 – Apresentação da Diretoria de Recursos Humanos – Eliane**
17 **Sandra Vieira – Diretora de Recursos Humanos; 5. 15h45 – Apresentação das**
18 **Ações do Município Para Enfrentamento da Dengue – Fernanda Fabrin da Silva**
19 **– Diretora de Vigilância em Saúde; 6. 16h15- Apresentação e Aprovação do Plano**
20 **de Aplicação do Provigia – Fernanda Fabrin da Silva – Diretora de Vigilância em**
21 **Saúde; 7. 16h45 – Informes. Rita de Cássia Domansky (HU). (**problemas na***
22 ***gravação no início da reunião***). A presidente Rita Domansky informa que a
23 discussão da ata da 345ª RO do CMS será retirada da pauta, pois devido a problemas
24 no computador do CMS não houve tempo hábil para que a mesma ficasse pronta para
25 envio aos conselheiros. O conselho aprova a inclusão na pauta de um relato da
26 senhora Marlene. Após apontamentos a pauta é aprovada. A palavra passa a senhora
27 **Marlene**, que inicia dizendo que mora no União da Vitória e se candidatou a presidente
28 do seu bairro, que tem cuidado de sua região, feito protestos e chamado a imprensa,
29 visando a melhoria da saúde, a qual está muito precária, inclusive viu o descaso das
30 funcionárias na unidade, maltratando as pessoas e as humilhando, muitas vezes o
31 pessoal entra dentro do laboratório e não há ninguém, os médicos todos está atrás da
32 unidade tomando café, e aí as pessoas começaram a questionar o porquê da demora
33 de 10 a 12 horas, pois isso não é normal, as pessoas estão sendo muito maltratadas,
34 portanto, tem em suas mãos um abaixo assinado para que seja feita a remoção de
35 alguns funcionários da unidade, pois eles maltratam demais as pessoas , algo que
36 vem ocorrendo desde de 2019, até fizeram uma reunião com o Felipe Machado e até
37 hoje nada, estes dias ele até esteve lá e na ocasião perguntou para ele porque não
38 foi resolvido um problema de 2019, mas ele não teve resposta, então gostaria de saber
39 se isso não tem utilidade o que é que vai ter, pois as moças que trabalham lá tem de
40 ser removidas, elas maltratam as pessoas, o pessoal até fala para elas que são eles
41 que pagam o salário delas, mas elas respondem que eles não fazem mais que a
42 obrigação, mas será que este tipo de coisa pode acontecer dentro de uma unidade
43 básica de saúde, tem uma senhora que chega no posto 06h30 da manhã e as vezes
44 sai as 11h0, as vezes as 10h00, essa é uma das piores, outra é uma da limpeza que

45 não limpa nada, inclusive tem filmagens do local, e aí quando vai falar com a
46 coordenadora ela responde que se a funcionária não quer fazer é para deixar ela,
47 então a Centralimp tem de rever isso aí , aí se fala com o Rodrigo ele fala que não
48 tem o que fazer, então está indignada com essa situação. A presidente **Rita**
49 **Domansky (HU)** questiona se a senhora Marlene já fez um ofício com as
50 reivindicações, anexou este abaixo assinado da comunidade, e protocolou o
51 documento na prefeitura, pois a boa palavra o vento leva, mas se é algo escrito e
52 protocolado, obrigatoriamente alguém vai ter de responder. A senhora **Marlene**
53 responde que ainda não, justamente por isso veio na reunião do conselho, para saber
54 qual atitude deveria ser tomada. A conselheira **Rosalina Batista (ASSEMPA)** diz que
55 acompanha o drama da superlotação da UBS União da Vitória, pois muitas pessoas
56 são encaminhadas do Itapoã para o União da Vitória durante o dia, já que hoje a UBS
57 União da Vitória é uma unidade regional, e fala isso porque também já chegou lá às
58 08h00 e saiu às 20h00, a comunidade então fez certo de trazer isso para o CMS e
59 cabe ao conselho fazer seu papel. Rosalina diz que até a pandemia havia um processo
60 de atendimento da população bem organizado, depois da pandemia tudo se
61 desestruturou na assistência, no União da Vitória, por exemplo, há funcionários
62 concursados e outros de empresa terceirizada , então é preciso tomar cuidado, no
63 Itapoã também já houve situação semelhante, talvez seria interessante fazer
64 novamente uma capacitação com os trabalhadores para acolhimento das pessoas,
65 mas a empresa que está prestando serviço de limpeza nas unidades de saúde precisa
66 ser chamada também, pois esse problema não é apenas no União da Vitória, então é
67 importante a usuária ter trazido essa questão e é importante não generalizar todos os
68 trabalhadores e falar que a UBS não presta. O conselheiro **Lincoln Ramos**
69 **(SINDPREVS)** reafirma a importância de que primeiramente isso seja oficializado para
70 a gestão com cópia para o CMS, o qual tem a Comissão de Acesso ao SUS para
71 acompanhar justamente este tipo de demanda, ver quais providências foram tomadas
72 e a veracidade das informações, para então se tomar as medidas que forem
73 necessárias. A diretora **Rosilene Machado (SMS)** coloca que embora a SMS não
74 tenha sido comunicada oficialmente, o conselheiro Jurandir colocou no grupo do
75 WhatsApp algumas situações da limpeza , embora já tenha pedido para que não seja
76 esse o caminho, na ocasião falou com a Dr^a Valéria para ver o que estava
77 acontecendo, pois realmente eles tem um contrato para executar e não estavam
78 fazendo, sendo que cada local tem o seu fiscal, não é o fiscal oficial do contrato , pois
79 isso está nas mãos do Patrick e na gestão está o gestor do contrato, porém, para ele
80 fiscalizar ele depende da SMS, por isso há uma pessoa na saúde que fica de olho no
81 funcionamento da limpeza e faz as notificações quando as coisas não estão a
82 contento. **Rosilene** prossegue e diz que talvez a senhora Marlene não lembra dela,
83 mas já houve uma situação semelhante quando a unidade tinha outra coordenação,
84 na ocasião participou até de uma reunião lá e discutiu algumas questões para tentar
85 chegar a um entendimento, e a unidade já sinalizou para o diretor que essa dificuldade
86 de entendimento estava ocorrendo novamente, ele até já encaminhou uns
87 documentos para ver como iriam trabalhar essa questão, o secretário foi lá para ver e
88 sentir como estava a situação no local, então a SMS está vendo esse problema e

89 discutindo com os diretores, pois lá é uma unidade mista e algumas coisas são do
90 Cleiton e outras da Dr^a Valéria, para avaliar a situação e rever o que está acontecendo.
91 Em relação ao tempo de espera, as falas dão a entender que todo dia o tempo de
92 espera é longo, mas pelo controle feito pela SMS não é bem assim, então é preciso
93 saber os dias exatos que ocorreu esse problema. **Cleiton (DUES)** explica que é o
94 diretor responsável pelos plantões do União, sendo que é feito na unidade um controle
95 do tempo de espera de quatro em quatro horas , a senhora falou em uma espera de
96 12 horas, mas não há registro disso nos últimos meses, pois a escala do União de
97 plantão tem 2 médicos da 07h00 às 23h00, pode ser que o paciente passou por
98 consulta, coletou exame, passou por reavaliação, tomou medicação, isso pode
99 demorar mais tempo, inclusive na segunda e na terça, que são os dias com mais
100 movimento, ficam três médicos de plantão. A conselheira **Nadya Pelizzari (CRP)**
101 coloca que há muita diferença entre as UBS's no atendimento aos usuários, seria
102 muito bacana se o município tivesse uma forma de avaliar os profissionais que estão
103 atendendo, para que não fique o peso em cima do profissional ou que tal UBS está
104 fazendo as coisas de forma ruim, porque às vezes por conta de uma pessoa fica se
105 generalizando. Nadya prossegue e diz que a Comissão de Educação Permanente
106 poderia fazer uma capacitação junto aos conselhos locais com relação ao acesso,
107 tempo de espera, para que ao invés de trazer ao CMS, já procurem a SMS
108 antecipadamente e chegue ao conselho as demandas que não puderam ser
109 resolvidas, mas, como membro da Comissão de Acesso ao SUS, se coloca à
110 disposição para colaborar. O conselheiro **Jurandir Rosa (SINDNAPI)** afirma estar
111 recebendo reclamação de toda a cidade, esse caso da senhora Marlene veio da CML.
112 Outra reclamação que recebeu foi do posto Marabá, então é importante os
113 conselheiros levarem essas coisas para frente, os usuários têm de se unir para
114 resolver os problemas e ajudar a administração, pois a intenção é colaborar e não
115 atrapalhar. O conselheiro **Edvaldo Viana (CONLESTE)** diz que como a empresa de
116 limpeza é terceirizada, gostaria de saber quem é que faz essa avaliação e se é
117 possível que um conselheiro acompanhe o contrato e a avaliação do trabalho prestado
118 pela empresa. A diretora **Rosilene Machado (SMS)** responde que há um gestor de
119 contrato da gestão pública, mas a SMS tem um fiscal que está na diretoria do Patrick
120 e há ainda fiscais nos locais, então, todo mês, para a empresa de receber, é feita uma
121 comunicação ao fiscal do setor da diretoria da SMS, e aí com as comunicações é feito
122 uma avaliação e dependendo do resultado as penalidades e descontos. O diretor
123 **Patrick (DLMS)** explica que a empresa contratada atualmente é a Centralimp , ela é
124 paga por m² de limpeza executada e não por posto de trabalho, então todo mês a
125 coordenadora da unidade, que é a fiscal setorial da unidade, faz um IMR (Índice de
126 Medição de Resultados), preenchendo o documento para dizer se o serviço foi
127 executado ou não, por isso até pediu para o Carlos que é o fiscal da SMS ver a
128 avaliação desta unidade citada para ver se houve alguma questão em 2023, ao que
129 parece teve em maio e o valor de metragem de serviço não executado foi descontado
130 da empresa, então o acompanhamento do serviço está sim sendo feito pelo fiscal e
131 na ponta também. O diretor **Cleiton (DUES)** convida a senhora Marlene e os
132 representantes do bairro para uma reunião na SMS junto com alguém do CMS, para

133 que assim se possa entender o que está acontecendo, já que isso chegou até na CML
134 e a SMS ainda não recebeu nada, então está à disposição para corrigir as fragilidades
135 existentes e potencializar as coisas boas, pois a unidade tem um trabalho muito
136 produtivo para a comunidade. A presidente **Rita Domansky** diz que o primeiro
137 encaminhamento é o proposto pelo Lincoln para que a senhora Marlene officie a
138 secretaria com cópia para o CMS, devendo este acionar a SMS pedindo resposta
139 assim que receber o documento. Como segundo encaminhamento fica a proposta da
140 conselheira Rosalina Batista de demanda para a Comissão de Educação Permanente
141 na questão do acolhimento. Como terceiro fica o encaminhamento para que o CLS
142 União da Vitória participe da gestão do União da Vitória, ajudando a gestão a verificar
143 como o serviço está sendo feito. Como último encaminhamento a respeito do assunto,
144 Rita apresenta a proposta do Cleiton de reunião com os representantes da
145 comunidade na SMS para discussão do que está ocorrendo e resolução dos
146 problemas na unidade. A conselheira **Rosalina Batista (ASSEMPA)** diz que se
147 assustou quando foi ao Itapoã e viu a situação das calçadas e da sujeira, mas não
148 sabia que era uma empresa terceirizada, então este problema pode estar
149 acontecendo em vários locais, por isso o encaminhamento é para que a Comissão de
150 Acesso ao SUS faça uma reunião ou eles venham ao conselho apresentar como o
151 serviço está sendo feito. O conselheiro **Edvaldo Viana (CONLESTE)** diz que em
152 nome da Comissão de Orçamento e Finanças, gostaria de solicitar ao diretor Patrick
153 o contrato com a empresa e todo o relatório das avaliações realizadas de janeiro até
154 julho de 2023 pela coordenação das unidades, devendo estes documentos serem
155 encaminhados para a referida comissão. Seguindo os trabalhos é passado ao ponto
156 de pauta “**Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde dos Meses de**
157 **Janeiro, Fevereiro, Março e Abril de 2023**”. A servidora **Aline (DGFCs)** realiza a
158 seguinte apresentação: [Prestação de Contas 1º Quadrimestre de 2023](#). O conselheiro
159 **João Batista (CRP)** questiona que os conselheiros não receberam esta apresentação
160 sistematizada, então gostaria que a mesma fosse encaminhada aos conselheiros,
161 porque fica difícil acompanhar a apresentação e fazer a relação com o documento que
162 foi encaminhado ao conselho, sendo que o encaminhamento da apresentação
163 sistematizada facilitaria a compreensão dos conselheiros. João questiona os
164 pagamentos feitos aos consórcios na conta 369. João questiona o que são os
165 pagamentos feitos de aluguéis também na conta 369, sendo que não existe uma
166 regularidade nos pagamentos. João questiona o que são “*despesas judiciais*”. João
167 destaca que vários termos na prestação de contas são complicados de entender. A
168 presidente **Rita Domansky** afirma que vai ser feita uma proposta de capacitação
169 sobre este tema, inclusive seria interessante que os conselheiros interessados pelo
170 tema pudessem participar dos trabalhos da Comissão de Orçamento e Finanças. O
171 conselheiro **João Batista (CRP)** questiona no que pode ser aplicada a conta
172 coronavírus de custeio. A diretora **Rosilene Machado (SMS)** explica que a
173 apresentação resumida do financeiro não é encaminhada aos conselheiros devido a
174 uma deliberação anterior do conselho, na ocasião foi definido que seria encaminhado
175 os relatórios detalhados e no dia da reunião apresentado um compilado da SMS,
176 considerando que a Comissão de Orçamento e Finanças já faz a análise prévia, mas

177 o que o plenário decidir a SMS pode começar a trazer, a única coisa é questão da
178 agenda da comissão para poder encaminhar esse compilado a tempo, talvez o
179 financeiro pode trazer cópias da apresentação no dia da reunião. O conselheiro **João**
180 **Batista (CRP)** questiona se as contas apresentadas passaram pela Comissão de
181 Orçamento e Finanças e se as mesmas foram aprovadas sem ressalva. A diretora
182 **Rosilene Machado (SMS)** responde que as contas não vão para o conselho sem
183 antes passar pela análise da Comissão de Orçamento e Finanças. A servidora **Aline**
184 (DGFCs) esclarece inicialmente que são várias fontes de recursos, pois são
185 financiamentos distintos e não é possível usar um recurso para financiar outro tipo de
186 despesa, por exemplo, usar recurso da atenção básica na vigilância sanitária, então
187 são fontes separadas, há fontes com o mesmo objetivo e financiamentos diferentes
188 devido a uma ser do estado e outra da união, por isso são várias fontes. As despesas
189 que aparecem são as liquidadas, ou seja, as que foram recebidas, passaram pela
190 conferência do fiscal e foram atestadas como recebidas e executadas, mas as vezes
191 ela não vem todo o mês, pode acumular para dois meses, pode haver um contrato em
192 prorrogação e aí a nota fiscal não chegou no financeiro, então as despesas são as
193 executadas e atestadas como apta ao pagamento, portanto, vai acontecer de ter duas
194 despesas no mesmo mês, ou não chegou o processo ou estava com algum problema.
195 Em relação ao consórcio Intergestores, devido a questão da dificuldade na aquisição
196 de material hospitalar, foi feito um convênio com o Consórcio Paraná Saúde, o qual
197 hoje faz a compra de medicamentos para o município com recursos do estado e da
198 união, para aquisição de materiais hospitalares em falta na rede, então levantou-se o
199 recurso existente e foi feito o pagamento de 399 mil reais para compra destes
200 materiais, esclarecendo ainda que não se trata de um pagamento mensal e sim algo
201 que vai ocorrer conforme a necessidade. Em relação aos pagamentos do CISMEDAR,
202 existe um contrato com o consórcio e dentro dele há pagamentos de plantões médicos
203 para atendimento nas UPA's, PAI, PA's e maternidade, então dependendo de onde
204 foi feito o plantão o recurso será pago, no caso da 369 ela é a receita de serviços,
205 então plantões da maternidade, PAI e PA serão pagos ali, já na 496 serão pagos os
206 plantões da UPA, por isso a diferenças nos valores. O conselheiro **Edvaldo Viana**
207 **(CONLESTE)** diz que a prestação de contas só chega ao conselho depois de ter sido
208 aprovada, com ressalva ou não, na Comissão de Orçamento e Finanças, na última
209 reunião da comissão houve duas ressalvas, vários pedidos de conferência de notas,
210 por exemplo, fez um pedido sobre o fornecimento de vales transporte para as pessoas
211 carentes, pois é apresentado uma lista com um nome no vale transporte, mas não
212 está assinado, não tem sobrenome, por isso pediu uma lista detalhada e completa
213 com a UBS, nome completo da pessoa que recebeu. Viana destaca que ele e o Vavá
214 pediram dois contratos firmados há pouco mais de um ano, inclusive fez avaliação no
215 local e viu que precisa de reparos nas paredes, já passou para a comissão de
216 orçamento, então são vários trabalhos realizados pela comissão e são várias
217 pendências de solicitações realizadas pelos conselheiros e que depois são
218 respondidas, então é complicado a gestão vir aqui apresentar e depois cada
219 conselheiro fazer 10 ou 15 questionamentos, senão vai ser preciso uma reunião só
220 para discutir finanças, por isso sugere que o conselheiro João participe da Comissão

221 de Orçamento e Finanças. O conselheiro **José Giuliangeli de Castro (CREFITO)**
222 pede questão de ordem devido a brincadeira realizada pelo conselheiro Viana, e diz
223 que gostaria de fazer um relato importante a todos, pois há várias formas de
224 manifestação preconceituosa, muitas delas por falta de conhecimento, a brincadeira
225 que o Viana acabou de fazer chama-se “capacitismo”, ela equivale ao racismo e a
226 homofobia, então, com todo o respeito e pela amizade que tem pelo conselheiro Viana,
227 gostaria que ele mantivesse sempre a ética e o respeito com a sua pessoa, pois com
228 o devido respeito que tem por ele, isso que ele fez é crime e não gostaria que nenhuma
229 pessoa aqui sofresse qualquer tipo de crime, então fica esse alerta, é algo que precisa
230 ser esclarecido, já que é algo novo, as pessoas não sabem nem o que é essa palavra,
231 por isso pede ao Viana que o perdoe por ser tão firme em sua explanação, mas as
232 pessoas precisam saber o que é o capacitismo. O conselheiro **Lincoln Ramos**
233 **(SINDPREVS)** coloca que há muitos anos as contas do CISMEPAR vêm sendo
234 aprovadas com ressalva, exatamente porque não há acesso a todo material que
235 contém o quadro de informações, então as contas são aprovadas e essa do
236 CISMEPAR é aprovada sempre com ressalva. Lincoln questiona que no slide 11
237 consta o item “*manutenção das atividades de atenção básica à saúde - ACS*” com os
238 dois valores orçamentário e executado, e há também o item da vigilância ambiental e
239 epidemiológica -ACE, mas neste não consta a execução, então ficou em dúvida, pois
240 há uma insatisfação muito grande dos ACE’s por conta de um acordo que eles
241 firmaram com o secretário de Saúde sobre o pagamento do piso deles, como se trata
242 de recurso federal achava que já estava sendo executado e não está, logo, gostaria
243 de saber a que se deve isso. **Aline** responde que o piso do ACE está sendo pago com
244 recurso municipal, até o dia 30/04 não havia ingressado recurso da união para este
245 pagamento, este recurso começou a ingressar em maio, por isso não aparece neste
246 relatório do 1º quadrimestre. A presidente **Rita Domansky** coloca em votação a
247 prestação de contas. O conselheiro **Lincoln Ramos** diz que pelo entendeu seria
248 apenas uma apresentação. A presidente **Rita Domansky** agradece ao conselheiro
249 Lincoln pelo esclarecimento. **Dando sequência aos trabalhos é passado ao ponto**
250 **de pauta “Apresentação da Diretoria de Recursos Humanos”**. A diretora **Eliane**
251 **Sandra (DGTES)** inicia a seguinte apresentação: [Apresentação da Diretoria de](#)
252 [Recursos Humanos](#). O conselheiro **Edvaldo Viana (CONLESTE)** questiona se na
253 apresentação consta apenas os servidores da saúde cedidos para outros locais ou o
254 inverso também está na apresentação. **Eliane Sandra** responde que tem sim de
255 outros locais cedidos para a SMS, esqueceu apenas de incluir os trabalhadores que
256 há anos estão sendo cedidos pelo Ministério da Saúde, os quais não oneram o
257 município. O conselheiro **Edvaldo Viana (CONLESTE)** relata que há um ano fez um
258 questionamento a respeito de uma arquiteta cedida pela COHAB, pois descobriu que
259 comparando ela com uma arquiteta da COHAB de mesmo nível, havia uma diferença
260 salarial de quase R\$ 9 mil reais, ou seja, essa cedida para a SMS ganhava cerca de
261 R\$ 9 mil reais a mais, inclusive é uma servidora com sobrenome japonês. **Eliane**
262 **Sandra** responde que não sabe com certeza especificar o motivo da diferença, talvez
263 seja pela questão do tempo de serviço de cada servidora, mas realmente o nome dela
264 não está na lista e foi um lapso na hora de montar a apresentação. O conselheiro

265 **Edvaldo Viana (CONLESTE)** questiona sobre outra arquiteta cedida pela COHAB
266 para a saúde. **Eliane Sandra** responde que não há outra arquiteta da COHAB cedida
267 para a saúde no momento, pode ser que ela ocupe cargo em comissão em outro órgão
268 e tenha contribuído com a SMS em alguma parceria. O conselheiro **Lincoln Ramos**
269 **(SINDPREVS)** pede que o material seja enviado aos conselheiros e diz que chamou
270 sua atenção o número de ACE's na apresentação, pois fala em 260 vagas e 222
271 ocupadas. O Ministério de Saúde recomenda a contratação de agentes baseado numa
272 conta simples de 800 ou 1000 imóveis para cada agente, sendo que sempre
273 recomenda que não se contrate pela base 1000 devido à complexidade do município
274 ocasionar muitas áreas descobertas, além da questão das férias dos profissionais,
275 diante disso, o recomendado é que a proporção seja de 800 imóveis por agente. Hoje
276 Londrina tem aproximadamente 240 mil imóveis, logo, levando em conta esse número,
277 o total de agentes necessários em Londrina seria aproximadamente 300 e não 260.
278 Em relação aos agentes readaptados, é preciso mais informações, talvez isso possa
279 ser discutido na pauta da DVS, sendo que o último concurso que fez a contratação
280 deste pessoal foi em 2012 e até agora não houve reposição. Outro ponto é que entre
281 estes 260 há supervisores, equipe de OI, ovitrampas, laboratório, atestados de longa
282 duração, atestados de curta duração, readaptados, educação em saúde,
283 coordenação, digitação, administrativos, os falecimentos, aposentadorias e
284 exonerações que ocorreram nestes últimos 12 anos, ou seja, todas estas informações
285 vão ajudar a entender a falta de recursos humanos no município. **Eliane Sandra**
286 esclarece que os óbitos e aposentadorias estão inclusos nas 38 vagas não ocupadas,
287 não foi pedido em setembro porque a Lei 1279 ainda está vigente, lembrando que em
288 todos os pedidos de concurso público é feito esta ressalva que há um déficit em todos
289 estes cargos, também, que assim que for sanada esta questão, seja aberto concurso
290 público para os outros cargos, isso desde de 2018, ou seja, a SMS tem feito
291 constantemente esta solicitação. O conselheiro **João Batista (CRP)** questiona se hoje
292 a SMS não contrata mais servidores 30 horas, por exemplo, no caso de psicólogos.
293 **Eliane Sandra** responde que por meio de concurso não. O conselheiro **João Batista**
294 **(CRP)** diz que não entendeu a fala da diretora. **Eliane Sandra** explica novamente que
295 há um impedimento de concurso de 30 horas devido à Lei 1279, por isso o concurso
296 foi de 40 horas. O conselheiro **João Batista (CRP)** questiona o que aconteceria no
297 caso de regulamentação aprovar a jornada de 30 horas para os psicólogos, como fica
298 a jornada de trabalho destes servidores de 40 horas. **Eliane Sandra** responde que
299 quando foi criado o cargo de 40 horas em 2013, foi calculada a questão da
300 proporcionalidade da hora, então o salário do psicólogo de 30 horas é diferente do
301 profissional de 40 horas. O conselheiro **João Batista (CRP)** questiona se o
302 profissional de 40 horas poderia fazer a opção por 30 horas. **Eliane Sandra** responde
303 que precisaria esperar a regulamentação para ver o que o município define. A
304 conselheira **Nadya Pelizzari (CRP)** afirma ser irrisório o número de profissionais que
305 vão trabalhar agora em comparação com os que estão em PSS, então gostaria de
306 saber se o PSS continua. Nadya questiona se as propostas sobre categorias
307 profissionais da conferência estão sendo analisadas, por exemplo, não há nada sobre
308 terapeuta ocupacional, sendo que os CAPS e outros serviços tem de ter terapeuta

309 ocupacional, então gostaria de saber se isso está sendo considerado pensando no
310 próximo concurso. **Eliane Sandra** responde que em relação ao PSS, ainda há um
311 impedimento legal para contratação 30 horas, hoje, por exemplo, a grande maioria
312 dos 300 auxiliares de enfermagem de 30 horas são auxiliares de enfermagem mesmo,
313 que hoje no município é 30 horas, então primeiro é preciso sanar esse imbróglio da
314 1279 ou transformar tudo em 40 horas, mas isso tem de ser analisado e o impacto
315 que isso traria ao município. Com relação ao terapeuta ocupacional, hoje a descrição
316 existente no município de quando o cargo foi criado em 2004, não atende a
317 necessidade do CAPS, então quando foi aberto o teste seletivo a SMS já abriu com a
318 descrição necessária para o CAPS, então semana passada foi criado um documento,
319 pois na autorização deste segundo concurso tem a previsão de abrir para terapeuta
320 ocupacional para outras secretarias, então foi solicitado junto à Secretaria de
321 Recursos Humanos que a descrição fosse alterada, ao invés de criar um novo cargo,
322 seria alterado a descrição existente, inclusive com requisito exigindo terapeuta
323 ocupacional, pois mudar a atribuição é mais fácil e assim é possível criar a vaga. O
324 conselheiro Geder Harami Harami questiona que hoje o número de cargos de PSS é
325 muito grande, então gostaria de saber se existe um estudo para substituição por
326 servidores concursados em cargos efetivos, independente se 30 ou 40 horas. **Eliane**
327 **Sandra** responde que todas as funções do teste seletivo, com exceção do terapeuta
328 ocupacional, já constam no quadro de vagas, inclusive com vagas em aberto, sendo
329 que na maioria dos cargos de teste seletivo há o impedimento de realizar concurso
330 por conta da questão legal já citada. O conselheiro **Geder Harami** questiona se
331 isso não altera a quantidade de vagas em aberto demonstradas na apresentação.
332 **Eliane Sandra** responde que o teste seletivo não foi aberto para suprir o déficit e sim
333 por conta da pandemia de covid, pois na época foi necessário um número maior de
334 profissionais para atender a demanda, sendo que se manteve os contratos devido ao
335 impeditivo legal para se realizar concurso, do contrário, não seria possível manter a
336 assistência. A diretora **Rosilene Machado (SMS)** afirma que a questão da covid não
337 acabou, o período de emergência foi declarado há pouco tempo, mas ainda se segue
338 em epidemia , endemia, cada lugar está de uma forma, por isso foi mantido esses
339 testes seletivos, então o que a Sandra explicou foi que houve essa opção do teste e
340 ao mesmo tempo a SMS continuou pedindo os concursos, mas há o impedimento da
341 questão das 30 horas, algo que parece que vai ser resolvido finalmente, nesse ínterim,
342 a demanda foi sendo suprida com horas médicas e teste seletivo. **Rosilene** diz que
343 no tocante a endemias, a contratação é feita com base nos imóveis, talvez então seja
344 preciso adequar o crescimento dos imóveis com o número de agentes, porém, é para
345 todos os serviços do setor de endemias, seja educação, inseticida, pois lá não fala
346 que tem de ser separado por tipo de serviço, já que qualquer um tem de ter a
347 capacidade de fazer tudo caso necessário, mas a DVS vai apresentar as ações de
348 forma mais detalhada. A conselheira **Pilar Nadir Soldório (SINDSERV)** diz que a
349 situação do quadro de funcionários da saúde é bastante preocupante, a saúde vai
350 entrar num caos, pois existe uma recomendação do Tribunal de Contas para
351 impedimento de novos testes seletivos, há essa lei impedindo concurso de 6 horas,
352 por mais que o SINDSERV tenha apontado as irregularidades nesta lei na época que

353 ela tramitou na CML, pois não existe um projeto onde o gestor quer que o servidor
354 trabalhe 8 horas e ganhe igual 6 horas, se isso continuar vai levar a uma demanda de
355 ações que quebraria a PML, então espera que esta questão do ADIN se resolva
356 prontamente, a saúde está gritando, os funcionários estão ficando doentes com a
357 sobrecarga do trabalho, se não houver reposição de pessoal por concurso público não
358 vai ser possível dar conta da demanda. O conselheiro **José Giuliangeli (CREFITO)**
359 questiona que a lei em questão é municipal, logo, a autoridade máxima do município
360 poderia resolver a questão revogando a lei, lembrando que o conselho também é
361 deliberativo. A presidente **Rita Domansky (HU)** responde que o CMS é deliberativo
362 dentro de sua competência, não sobre questões judiciais. **Seguindo com as**
363 **discussões é passado ao ponto de pauta “Liberação de Servidores para**
364 **Participação nas Reuniões do CMS”**. A diretora **Eliane Sandra (DGTES)** inicia a
365 seguinte apresentação: [Legislação Liberação de Servidores](#). **Eliane** explica que
366 hoje a liberação de servidores para atividades do conselho se dá apenas nos casos
367 previstos legalmente e para entidades com vínculo com o município, por exemplo, o
368 SINDSERV, o qual tem previsão no artigo 292 do estatuto, já para conselhos de
369 categoria, por exemplo, não há legislação, muito embora a resolução 453 fale que
370 será liberado a carga horária, houve um caso de uma servidora em 2015 que tentou
371 participar das reuniões do CMS representando o CREFITO, na época não foi possível
372 autorizar, ela levou falta e aí entrou com uma demanda judicial, mas a sentença disse
373 que a resolução não pode se sobrepor a lei, portanto, sem a previsão legal ela acabou
374 perdendo a ação. Sandra prossegue e diz que independente do caso citado, foi
375 questionado na PGM se servidores públicos que são representantes de conselhos de
376 categoria podem ou não ter a liberação da carga horária para participar de atividades
377 do CMS, mas no momento ainda não tem uma resposta concreta se pode ou não, pois
378 precisa aguardar este parecer da PGM. O conselheiro **Lincoln Ramos (SINDPREVS)**
379 diz que embora tenha a questão legal que deve ser levada em consideração, esse
380 debate tem uma nuance muito mais política, no sentido de que 25% do CMS é
381 composto por trabalhadores, à medida que se dificulta a participação dos
382 trabalhadores das atividades do CMS, corre-se o risco de quebrar a paridade do
383 mesmo e ocasionar problemas, pode acontecer das entidades não participarem mais
384 por não conseguir pagar a carga horária, pois o problema não é apenas com o
385 CREFITO e sim de todos os conselhos. **Lincoln** diz que está na Comissão de
386 Orçamento e Finanças, e lá, por exemplo, tem dois trabalhadores, se os dois não
387 puderem ir como é que fica o trabalho da comissão, outra questão é que isso pode
388 afetar a paridade no plenário ou afetar os 50% + 1 e aí a reunião não poderá nem
389 acontecer, então é um problema político que precisa ser resolvido para que isso não
390 cresça, hoje um conselheiro está tendo dificuldade, amanhã poderá ser outros a ponto
391 de afetar o quórum do CMS, à medida que o trabalhador começa a ter dificuldade
392 para participar das atividades do conselho, vai ter de escolher, pois não consegue
393 ficar pagando todas as horas. Lincoln finaliza dizendo que o conselho tem de aprovar
394 uma resolução solicitando a gestão que ache uma regulamentação justa para que o
395 segmento trabalhador possa participar das atividades do CMS. A diretora **Eliane**
396 **Sandra (DGTES)** diz que sabe da capacidade do Zezinho e o quanto ele pode

397 contribuir com o CMS, mas a questão não é política e sim uma questão de legislação,
398 já que hoje não há uma legislação que justifique a ausência do conselheiro Zezinho
399 no serviço, mesmo com toda contribuição e conhecimento técnico que ele pode dar
400 ao conselho, não há hoje legislação que valide a ausência do mesmo, sendo que hoje
401 no serviço público tudo tem de ser prestado contas, portanto, não é má vontade ou
402 desejo de vedar os direitos do conselheiro, apenas uma questão de legislação, além
403 do que, por uma questão de isonomia, já há uma determinação judicial e não pode ir
404 contra ela, sob pena de responder por isso posteriormente, considerando ainda que a
405 resolução citada manteve a redação da resolução anterior que foi mencionada na
406 demanda judicial anteriormente citada. O conselheiro **João Batista** afirma que poderia
407 haver uma ação do prefeito. A conselheira **Rita Domansky (HU)** diz que é necessário
408 trazer um posicionamento do CNS, hoje representa o HU nas reuniões do conselho
409 e tem sua horas liberadas, mas as vezes é preciso entender que infelizmente hoje se
410 paga com o próprio CPF as ações que se faz que vão contra a lei e onde se tenta dar
411 um jeitinho, então concorda com o Lincoln que é preciso começar uma mobilização
412 para que as pessoas, independente da função, possam trabalhar em prol da
413 população e ter sua carga horária liberada, hoje, para poder participar tem de mandar
414 a pauta para o seu RH, senão eles não abonam a sua falta, então tem de ter um
415 documento para cada coisa que faz, do contrário, o Tribunal de Contas vai cobrar a
416 conta do CPF do gestor e daquele que assinou junto, ou seja, é muito complicado
417 trabalhar na gestão hoje com todas as ferramentas de controle existentes, não dá para
418 simplesmente “dar um jeitinho”, já que é preciso seguir a lei. O conselheiro **José**
419 **Giuliangeli (CREFITO)** afirma que a Lei federal 8142 regula a participação do
420 controle social, da gestão e do efetivo cumprimento de uma função que é de relevância
421 pública e interesse coletivo, a qual visa o bem estar comum de toda sociedade, a Lei
422 8142 é baseada na CF e é preciso esmiuçar ainda a Lei 8080 da criação do SUS, e
423 a lei municipal, cujo estatuto tem um artigo que diz que todas as ordens constitucionais
424 são superiores a lei municipal, então esse parecer da procuradoria do município vai
425 contra a questão da participação do controle social das pessoas, representantes dos
426 conselhos de categorias, algo que está previsto na Lei 8142, e, ao contrário do que foi
427 dito, o conselho que regula a categoria tem relação direta sim com a PML de Londrina,
428 hoje são mais de 40 fisioterapeutas atuando na rede, além disso o CREFITO é
429 parceiro em várias atividades importantes para o município, inclusive há uma
430 categoria imensa de pessoas que estão preocupadas com o número de vítimas no
431 trânsito, com a reabilitação, com a política para pessoas com deficiência, onde estão
432 as reabilitações necessárias, então, o que quer clamar ao conselho, que é uma
433 plenária deliberativa, é que faça a mesma resolução de Brasília e que o Tribunal de
434 Contas, quando vier cobrar o CPF da pessoa que vai exaurir um parecer favorável a
435 participação do segmento trabalhador no controle social, seja de qualquer entidade e
436 em qualquer conselho, que faça um parecer baseado no do CNS e que seja publicado
437 no município para que o chefe do executivo reorganize o estatuto do município,
438 modificando o mesmo de “exclusão” para “inclusão”. **Eliane Sandra** responde que o
439 parecer que citou foi de uma ação judicial da servidora que na época sofreu faltas,
440 entrou com uma demanda contra o município, mas o juiz entendeu que ela não tinha

441 razão. O conselheiro **Geder Harami** (CREF) afirma que a proposta nº 107 da
442 conferência do pessoal da assistência social era sobre participação dos servidores
443 representantes de conselhos de classe no CES, na ocasião foi solicitado uma
444 alteração na proposta para que incluísse também o CMS, então sua proposta é para
445 que seja feita essa discussão na conferência nacional para que isso seja normatizado
446 até que se faça uma alteração no Estatuto dos Servidores Públicos de Londrina. O
447 conselheiro **Lincoln Ramos** diz que a questão política que mencionou foi no sentido
448 de que todos possam ir atrás de uma solução benéfica para o CMS, a gestão política
449 de mudar a legislação é do executivo e ele tem essa prerrogativa, se o prefeito tiver
450 interesse nisso e houver gestão do secretário junto ao prefeito para que isso seja
451 regulamentado, ele pode solicitar a um dos seus vereadores que a lei seja alterada
452 para resolver o problema, sendo que Lei 8142 e a Resolução 453 do são legislações
453 que ajudam na possibilidade de se solicitar a gestão que provoque o legislativo para
454 que a lei municipal seja alterada, pois se este problema persistir e crescer isso pode
455 acabar prejudicando o trabalho do CMS, e aí o que o secretário de Saúde vai fazer se
456 o CMS não puder aprovar as contas do município. O conselheiro **José Giuliangeli**
457 (CREFITO) diz que vai ser delegado do Paraná na 17ª Conferência Nacional de
458 Saúde, pode ser até eleito conselheiro nacional, será que Londrina não tem interesse
459 no CNS, se isso acontecer será o caso de um conselheiro eleito ao CNS que não vai
460 poder participar por conta de uma legislação municipal que o impede de se deslocar
461 até Brasília para desempenhar uma atividade relevante a saúde pública do Brasil, foi,
462 por exemplo, para a conferência estadual e não teve a liberação para representar o
463 CREFITO, mas qual a diferença entre o CREFITO e o SINDSERV, são dois
464 organismos de trabalhadores, o procurador quando dá um parecer desse significa que
465 ele não leu a Lei 8142 ou ele não daria um parecer desse, e, ao contrário do que disse
466 a presidente, acha pouco provável que o CPF de uma pessoa seja comprometido
467 devido a participação de um profissional no CMS. A presidente **Rita Domansky**
468 responde que isso acontece, inclusive há alguns exemplos que ocorreram. A
469 presidente **Rita Domansky** propõe o seguinte encaminhamento: que o CMS
470 encaminhe a SMS uma solicitação para que seja revisado este ponto no Estatuto do
471 Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Londrina. A
472 conselheira **Nadya Pelizzari** propõe que o segmento trabalhador se retire do conselho
473 ou que o dia ou horário das reuniões do CMS seja alterado para a noite ou fins de
474 semana, pois não são apenas as reuniões do CMS, tem a questão ainda das
475 atividades das comissões. A presidente **Rita Domansky** diz que é uma situação muito
476 delicada a conselheira clamar para que as pessoas deixem o CMS. A presidente **Rita**
477 **Domansky** coloca em votação sua proposta para que seja feito manifesto ou
478 recomendação do conselho para que a gestão municipal solicite revisão no estatuto
479 dos servidores. O CMS aprova resolução do CMS para que a SMS encaminhe
480 solicitação para que seja revisto o Estatuto do Regime Jurídico dos Servidores
481 Públicos Civis do Município de Londrina, visando garantir legalmente a participação
482 de todo o segmento trabalhador nas atividades do CMS. A conselheira **Rosilene**
483 **Machado** se absteve do voto. Rosilene justifica que sua abstenção se deve ao fato
484 de que em seu entendimento a resolução não é o documento correto. A presidente

485 **Rita Domansky** diz que a questão do dia e horário das reuniões pode ser pauta de
486 uma discussão na próxima reunião. Na sequência dos trabalhos o conselho passa a
487 discutir a pauta “**Apresentação das Ações do Município Para Enfrentamento da**
488 **Dengue**”. A diretora **Fernanda Fabrin** (DVS) inicia a seguinte apresentação:
489 [Apresentação Dengue 2023](#). O conselheiro **Roberto da Silva Rodrigues**
490 (SINDSAÚDE) questiona o que a SMS fez em relação ao não repasse do governo
491 federal para o fumacê. Roberto questiona se é possível mensurar o nível de eficácia
492 das ações para mitigar os efeitos da endemia de dengue, tendo em vista que houve
493 aumento nos casos de hospitalizações por dengue. **Fernanda Fabrin** (DVS) responde
494 que hoje o fornecimento do veneno é exclusivo do MS, sendo que em fevereiro eles
495 emitiram uma nota falando desta falta, mas desde que a SMS percebeu que o canal
496 endêmico aumentou, ela fez uma solicitação via regional, mas a resposta foi que
497 estava em falta, depois disso a SMS fez outro ofício falando da necessidade, mas a
498 resposta foi que o desabastecimento era a nível nacional. Em relação ao aumento dos
499 casos, a vigilância epidemiológica faz a análise e investigação de todos os óbitos, no
500 sentido de se tentar entender o que aconteceu este ano com o aumento no número
501 de internações e óbitos, este ano o que estava circulando era Dengue Tipo 1, a última
502 epidemia havia sido em 2019 e houve a predominância do tipo 2, mas ainda não foi
503 definido nada, o que pode ter acontecido é que quem teve em 2019 teve novamente
504 de forma mais grave, mas é uma hipótese ainda, de todo modo, as ações foram
505 desenvolvida o mais precocemente possível para que se tivesse assistência, foram
506 locais específicos para dar todo suporte na assistência, todos os casos foram
507 encaminhados, todos os hospitais também tiveram retaguarda , não faltou leitos, os
508 hospitais se mexeram para dar esse suporte. O conselheiro **Nobuaqui Hasegawa**
509 **(Hoftalon)** coloca que foram muitos casos de Dengue, a PML faz a parte dela, mas
510 alguma coisa está errada, ou seja, o morador tem de fazer sua parte e ter consciência,
511 por exemplo, a associação de moradores do seu bairro contratou uma empresa para
512 visitar as casas, fazer inspeção total, e desde então n]ao se vê mais mosquito, logo,
513 cada um tem de fazer sua parte, não adianta a prefeitura investir recursos e planejar
514 se a população não fizer sua parte, mesma coisa vale para a questão da vacinação,
515 não adianta a prefeitura disponibilizar a vacina e as pessoas não irem se vacinar, é
516 preciso trabalhar em prol da ciência e não do negacionismo . A conselheira **Cirlete**
517 **Marcondes de Oliveira (Pastoral da Saúde)** diz que há muitos imóveis públicos na
518 sua região, e é o que o Drº Nobuaqui falou, a PML limpou um local no sábado e na
519 segunda os motoristas de aplicativo foram lá e encheram de copos, pois o local fica
520 perto do aeroporto e eles ficam esperando corrida, mas ainda não conseguiu que nem
521 a GM, CMTU ou SMI fosse até lá fazer o flagrante, sendo que é fácil, eles ficam lá
522 fazendo muita sujeira sempre das 10h00 às 12h00 e das 16h00 às 20h00, seu filho
523 está com Dengue e em 2020 quase perdeu um, sendo que lá no aeroporto o foco está
524 ali, no Jardim Caravelle foi feita denúncia de um imóvel e ninguém resolve, e tem placa
525 de uma imobiliária grande, se fosse a sua imobiliária já teriam ido na sua casa, lá tem
526 piscina abandonada, o imóvel vai para leilão, está perto de escola, tem pessoas
527 especiais, missas, mas o caso está lá abandonado desde janeiro, claro que sabe que
528 a SMS está com muito trabalho e que a população é porca, mas no caso em questão

529 é só a GM ir até lá as 10h00 da manhã e multar todo mundo. (***problemas na**
530 **gravação**). O servidor **Nino Ribas** (endemias) explica que ovitrampas são armadilhas
531 que fazem a captura dos ovos, de acordo com a quantidade encontrada, a própria
532 equipe faz vistoria em um raio, assim como no bloqueio de casos suspeitos, com
533 visitas nos domicílios, sendo que 50% dos servidores da equipe do ovitrampas são
534 servidores que tem laudo de readaptação de serviço e com permissão para fazer
535 algumas atividades com restrições. A conselheira **Sônia Silva (UGT)** questiona como
536 funciona atualmente a questão da multa e se isso não pode ser feito de forma mais
537 efetiva e concreta, sem que as pessoas possam ficar recorrendo. O servidor **Nino**
538 **Ribas** (endemias) explica que a multa se caracteriza quando o imóvel é reincidente,
539 mas algumas questões têm de ser relevadas, pois a endemias trabalha com educação
540 em saúde, se você multar um morador não vai conseguir nunca mais vai entrar na
541 casa dele, mas quando ele se torna reincidente é acionado a vigilância sanitária, pois
542 eles tem fiscais regulamentados para a questão da multa, o agente de endemias não
543 é fiscal, trabalha com orientação e educação em saúde , com ênfase nas crianças,
544 tanto que desde 2020 há um projeto com as crianças do 1º ao 5º ano para torná-los
545 agentes mirins nas casas, mas existe sim a possibilidade de multa, há essa parceria
546 com a vigilância sanitária, então o morador é notificado e tem um prazo para se
547 adequar, caso ele não se adeque é dado outro prazo, caso ele não cumpra ele é
548 notificado e encaminhado para que os fiscais da vigilância façam a autuação. O
549 conselheiro **Lincoln Ramos** diz que a vigilância não pode chegar na casa de ninguém
550 aplicando multas, há um protocolo a ser seguido, primeiro tem de verificar se a
551 denúncia é verdadeira, depois é dado um prazo para que a pessoa regulamente a
552 situação, em uma segunda visita é verificado se a pessoa cumpriu ou não o solicitado,
553 se ela não cumpriu ou cumpriu parcialmente é dado um outro prazo, feito isso ela
554 recebe um auto termo caso não tenha cumprido , depois disso um auto de intimação,
555 aí isso gera um protocolo administrativo dentro do setor, depois disso então é gerado
556 uma multa, portanto, é um processo demorado, sendo que na grande maioria destes
557 processos a pessoa não é multada porque ela resolve antes o problema, mas há
558 poucos casos onde as pessoas foram multadas , um que a pessoa foi multada e presa,
559 e mesmo assim não resolveu nada, pois a alegação dela perante o juiz foi que ela não
560 tinha condições financeiras, e aí foi acionado a família para ajudar, isso acabou
561 envolvendo outras secretarias para resolver este problema social envolvido, então
562 Londrina tem muitas questões sociais envolvidas que acabam dificultando a questão
563 da multa. O conselheiro **Jurandir Rosa** diz que a cidade precisa de gente para
564 fiscalizar, quando se fala da sociedade organizada é uma grande mentira, não tem
565 nada organizado em Londrina, primeiro é preciso fazer os conselhos nos postos de
566 saúde para a população ter força para resolver o problema da cidade, a morte que
567 teve em Cambé tem solução, o que falta é ouvir a comunidade, não é polícia, não é
568 autoridade, não é quem está dentro de hospitais, quem cura, quem opera, é o cidadão
569 que precisa organizar para que ele possa ter força para cobrar das autoridades as
570 melhorias necessárias , e é preciso de cada um em seu bairro, a pessoa sai da zona
571 sul para ir na zona leste, e porque a sua pessoa, será que é só porque fala o que
572 pensa, todo mundo tem de falar, e esteve junto com o rapaz no CDH na Cúria

573 Metropolitana e não resolveu nada, foi feita uma reunião e ficaram só de lero-lero,
574 fizeram outra reunião no CDH recentemente e só ficaram de lero-lero, mas é preciso
575 ação, ou tem ação ou todos vão pagar essa conta que está chegando ao caos, na
576 segurança, na saúde, na moradia , ou se cria vergonha na cara para se somar na
577 comunidade e organizar as entidades ou então será o fim. O conselheiro **Lincoln**
578 **Ramos** diz que é preciso pautar novamente a questão para que a gestão apresente
579 todos os detalhamentos solicitados: onde está todo mundo do setor de endemias,
580 déficit existente. Lincoln diz que sentiu falta do plano de contingência de epidemia da
581 Dengue, então que isso seja pautado posteriormente para discussão no CMS. A
582 presidente **Rita Domansky** diz que foi reativada a Comissão de Vigilância em Saúde
583 do CMS, então a primeira atividade dessa comissão é trabalhar junto com a DVS no
584 sentido de elencar todos estes dados solicitados e o plano de contingência citado pelo
585 Lincoln e junto com a vigilância apresentar na reunião do CMS. O CMS aprova o
586 encaminhamento. A diretora **Fernanda Fabrin** solicita que a Comissão de Vigilância
587 em Saúde entre em contato para agendamento da reunião. Dando sequência à
588 reunião o CMS passa a discutir a pauta: **Apresentação e Aprovação do Plano de**
589 **Aplicação do Provigia**. A diretora **Fernanda Fabrin (DVS)** inicia a seguinte
590 apresentação: [Plano Provigia](#). O conselheiro **Lincoln Ramos** questiona sobre o item
591 -Capa de Chuva em PVC. A diretora **Fernanda Fabrin (DVS)** diz que esse item já foi
592 aprovado em setembro e está em processo de compra, será utilizado para atividades
593 de campo. Não havendo mais questionamentos, a atualização do Plano de Aplicação
594 do Provigia apresentado foi aprovado pelo plenário do conselho por meio da
595 Resolução CMS nº 013/2023. Na sequência a palavra passa a senhora **Maria Ângela**
596 do CLS do Parque Guanabara, que relata que esta semana foram 4 vezes até sua
597 casa para reclamar da ouvidoria e do número 0800-400123, até ligou nesse número
598 e não conseguiu, aí eles passam um número para a pessoa ligar, aí atendem e falam
599 que será dado uma resposta, inclusive está esperando uma resposta há 14 dias,
600 quando era a Nereide ela sempre atendia quando ligava, agora está essa burocracia
601 demorada, como a pessoa faz se estiver precisando saber de uma cirurgia , porque
602 você liga e não tem resposta, assim fica difícil, em seu posto coloca um monte de
603 placa e as coisas se resolvem rapidinho com o secretário, e está aqui para ajudar a
604 comunidade, não ganha salário nenhum pra isso, já passou por dois câncer e está
605 com outro problema, mas está aqui em prol da comunidade. A diretora **Rosilene**
606 **Machado** diz que na reunião passada foi até discutido sobre a ouvidoria, a questão é
607 que a ouvidoria da SMS foi incorporada à Ouvidoria Geral do Município, mas daí o
608 regramento da ouvidoria sempre foi a resposta em até 20 dias, eles estão seguindo o
609 que a lei determina, lembrando que ouvidoria não é para resolver o problema na hora,
610 isso cabe a administração, a ouvidoria tem de pegar as informações, verificar a
611 questão e devolver para o usuário, com esse prazo de até 20 dias. **Na sequência o**
612 **conselho passa ao assunto “Apresentação do Calendário das Comissões”**. Rita
613 inicia a seguinte apresentação: [Apresentação das Comissões](#). Rita relata que foi
614 solicitado que cada comissão definisse coordenador, relator e calendário de reuniões,
615 algumas fizeram a tarefa e outras não, as que ainda não atenderam o solicitado tem
616 até a próxima sexta-feira para encaminhar coordenador, relator e calendário, com

617 exceção da comissão do regimento interno, que como se trata de uma comissão
618 temporária irá tentar reunir os membros no mês de julho para tentar realizar suas
619 atividades. A conselheira **Rosalina Batista** coloca que a Comissão de Saúde da
620 Mulher irá solicitar para que suas reuniões sejam no HZS. **Na sequência o conselho**
621 **passa ao ponto de pauta “Informes”**. A presidente **Rita Domansky** informa que vai
622 ser pleiteado junto ao SMS um novo local para funcionamento do CMS, visando
623 melhores condições de trabalho e das reuniões de comissões do CMS. Rita faz a
624 leitura do DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 77523 /2023: *Ao Conselho Municipal*
625 *dos Direitos da Pessoa Idosa- CMDPI; Conselho Municipal de Assistência Social-*
626 *CMAS; Conselho Municipal de Saúde- CMS; Conselho Municipal de Segurança*
627 *Alimentar e Nutricional- CONSEA-LD; Considerando que, no dia 27 de abril de 2022,*
628 *o Prefeito Municipal de Londrina, Sr. Marcelo Belinati Martins, manifestou interesse*
629 *em aderir ao Programa Cidade e Comunidades Amigáveis com a Pessoa Idosa,*
630 *promovido pela Organização Mundial de Saúde (OMS); Considerando que, para se*
631 *obter referida certificação, deve ser instituído Comitê Gestor do Programa Cidade e*
632 *Comunidades Amigáveis com a Pessoa Idosa; Considerando que o Comitê Gestor*
633 *terá caráter estratégico, tendo por intuito promover ações destinadas ao*
634 *envelhecimento saudável da população idosa do município de Londrina;*
635 *Considerando que o Comitê Gestor será instituído mediante Decreto; Considerando*
636 *que o envelhecimento populacional é um fenômeno mundial e que, de acordo com o*
637 *Fundo de População das Nações Unidas, o número de idosos está crescendo mais*
638 *rápido que todas as outras faixas etárias e, em 10 anos, estima-se que teremos mais*
639 *de 1 bilhão de pessoas com mais de 60 anos no mundo; Considerando que, em*
640 *Londrina, de acordo com projeções do IPARDES, a população idosa é de*
641 *aproximadamente 115 mil pessoas idosas; Solicitamos, para participar da composição*
642 *do Comitê Gestor do Programa Cidade e Comunidades Amigáveis com a Pessoa*
643 *Idosa, no segmento Instituições Públicas, Instituições Privadas e Organizações, a*
644 *indicação de 01 representante titular e 01 suplente. Solicitamos ainda que, com a*
645 *indicação, seja informado o telefone/WhatsApp e email de contato de cada*
646 *representante. A indicação deve se dar por meio do presente processo SEI (despacho*
647 *administrativo) até o dia 28/06/2023. Londrina, 20 de junho de 2023. O conselho indica*
648 *os conselheiros Jurandir Rosa (titular) e José Giuliangeli (suplente).* Rita informa que
649 na próxima reunião terá se ser formada a comissão eleitoral que conduzirá o processo
650 de eleição da nova executiva. Rita informa que a próxima presidência será do gestor
651 e que a atual executiva até conversou que teria o interesse de continuar e dar
652 continuidade ao trabalho iniciado, mas isso cabe a cada segmento decidir. Não
653 havendo mais assuntos a tratar a reunião é encerrada. **Conselheiros presentes:**
654 *Rosilene Aparecida Machado (SMS), Joelma Aparecida Carvalho (17ª RS), Lincoln*
655 *Ramos e Silva (SINDPREVS), Luis Alfredo Gonçalves (SINDPREVS), Roberto da*
656 *Silva Rodrigues (SINDSAÚDE), Alessandro Luis Rodrigues (SINDSAÚDE), José*
657 *Giuliangeli de Castro (CREFITO), João Batista Martins (CRP), Nadya Christiane*
658 *Silveira Pelizzari (CRP), Cristiane de Godoy Zimmer (CRESS), Ana Paula Gracindo*
659 *(CRESS), Geder Harami Harami (CREF), Lázara Regina Resende (CRO), Rúbia*
660 *Izaltina Gomes dos Santos (AEBEL), Nobuaqui Hasegawa (Hoftalon), Leidiane dos*

661 Santos (HCL), Adelson Pereira dos Santos Júnior (Hospital Vida), Ana Paula
662 Cantelmo Luz (ISCAL), Rita de Cássia Domansky (HU), Reilly Aranda Lopes (HZN),
663 Geraldo Júnior Guilherme (HZS), Edvaldo Viana (CONLESTE), Marco Antônio
664 Butarello (CONLESTE), Vaine Teresinha Marques (FECAMPAR), Ana Paula Nunes
665 Viotto (FECAMPAR), Cirlete Marcondes de Oliveira Pelegrinelli (Pastoral da Saúde),
666 Fansley Cristina Silva (AUETO), Rosalina Batista (ASSEMPA), Luzia Cristina Sampaio
667 (ASSEMPA), Wagner Aguiar de Almeida (CONSASLON), Adriane Aparecida Loper
668 (CONSASLON), Luciana Toshie Sumiwaga (APP Sindicato), Carlos Choji Kotinda
669 (CUT), Jurandir Pinto Rosa (SINDNAPI), Arvelino Gomes de Barros (SINDNAPI),
670 Ângelo Barreiros (UNIMOL), Custódio Rodrigues do Amaral (UNIMOL), Gislaine Dias
671 Elias (AMICAS), Sandra Maria de Souza (AMICAS), Jonathas Dias de Moura (UGT) e
672 Sônia de Oliveira (UGT). **Conselheiros que justificaram ausência:** Maria Lúcia Silva
673 Lopes (17ª RS), Marco Antônio Modesto (SINDSERV), Manoela Germinari Pessoa
674 (HCL), Laurito Porto de Lira Filho (SEEB), Regina Ferreira de Souza (SEEB). **Lista de**
675 **conselheiros ausentes:** Carlos Felipe Machado (SMS), Ester Dalla Costa (CRF),
676 Vivian Biazon El Reda Feijó (HU), José Aparecido dos Santos (Pastoral da Saúde),
677 Regiane Aparecida Lima (AUETO), Thiago Telles Gonçalves (APP Sindicato), Marcelo
678 Alves Seabra (ASSUEL), Oranide Pires (ASSUEL), Eunice Tieko Miyamoto (CUT).
679 Esta ata foi digitada pelo servidor Anderson Luiz Oliveira Silva e após a aprovação
680 será assinada pela presidente Rita de Cássia Domansky.

681

682

683

Rita de Cássia Domansky
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Londrina

684